



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



49

Discurso na solenidade de assinatura de atos de criação do perímetro irrigado do Castanhão e de projetos hidricos

JAGUARIBARA, CE, 30 DE MARÇO DE 1996

*Senhor Governador do Ceará, meu amigo, meu companheiro Tasso Je-
reissati; Senhores Ministros que me acompanham; Ministro Krause, do
Meio Ambiente; Ministro Cícero de Lucena, das Políticas Regionais; Se-
cretário de Comunicação Social, Sérgio Amaral; General Cardoso, Chefe
da Casa Militar; Senhor Presidente da Assembléia Legislativa, Cid Fer-
reira Gomes; Senhores Deputados Federais que aqui estão; Senhor Vice-
Governador, Benedito Clayton Veras Alcântara; Senhores Senadores e
Companheiros; Senhores Deputados Estaduais; Senhores Prefeitos; Eu
me permito citar o nome do Prefeito de Alto Santo, que é o Francisco
França Nogueira, e do Prefeito de Jaguaribara, que é o Antônio Pinheiro
Granja; Senhor Secretário de Recursos Hídricos, Paulo Romano; Dr. Hi-
delberto Santos Araújo, que é o diretor do Dnocs; Senhores Vereadores;
Senhores Trabalhadores; Juventude aqui presente; Senhoras e Senhores;*

Hoje é um dia marcante. Na verdade, culmina com uma breve via-
gem ao Nordeste, que começou ontem, mas hoje é um dia em que
esta viagem toma um sentido mais geral.

O Governador do Ceará, Tasso Jereissati, na sua generosidade, mostrou, aqui, as razões pelas quais o Governo Federal, através dos seus Ministros e através do próprio Presidente da República, está empenhado na realização dessas obras.

O Ministro Krause, Governador, declarou que, nos próximos dois anos, vamos concluir 50 obras inacabadas. Algumas delas datam de muito tempo, de muito tempo mesmo, de décadas. E custa muito pouco terminá-las. Por que não terminaram? Não terminaram pela politicalha, Governador, porque, até há pouco, não havia um plano, não havia um sentido de governo, não havia uma decisão que estivesse embasada, não na vontade de agradar um prefeito, um vereador, um ministro, um deputado, um governador, mas na vontade de enfrentar pela raiz, pela base, os grandes problemas do Brasil e, no caso, os grandes problemas do Nordeste.

E é isso que estamos fazendo. Nós estamos enfrentando os grandes problemas do Brasil e os grandes problemas do Nordeste. O Real foi apenas o começo. Começo difícil. Devo dizer com toda a tranquilidade que, quando eu era Ministro da Fazenda e lançamos o Real, a descrença era visível em quase todos, em quase todos.

O atual Governador do Ceará, que, naquele momento, era o Presidente do meu partido, deu-nos apoio para que levássemos adiante a maior transformação de que o Brasil necessitava, que era voltar a ter confiança na sua moeda e, tendo confiança na sua moeda, voltar a confiar no brasileiro e na brasileira, no cidadão, no homem simples e comum. Isso é o que o Real está resgatando. Não é simplesmente a estabilização da economia. É muito mais do que isso: é a possibilidade de o Brasil ter fé em si mesmo, de divisar um futuro, de escolher políticas e de segui-las.

Se, hoje, temos um programa e esse programa começa a se concretizar – o Castanhão é um símbolo disso – é porque nós temos a possibilidade, é porque pusemos em ordem as finanças públicas, ou estamos pondo em ordem; não estão postas ainda, mas já pusemos em ordem a questão da inflação, e é por isso que podemos dar continuidade às obras.

Por que tudo parou tanto tempo? É verdade que foi pelo clientelismo também, que começa e depois acaba, amanhã, com a eleição. Mudam-se os governantes, e o governante seguinte não dá curso. Mas foi também porque não havia nem condição de visualizar o futuro, porque o Governo vivia da mão para a boca: pega imposto, gasta imposto, pega imposto, gasta imposto – e a inflação corrói tudo. E era fácil dizer “sim”, um “sim” que não tinha compromisso efetivo, porque não se realizava. Era muito fácil dizer “sim”. Eu disse “não” como Ministro da Fazenda e digo “não” como Presidente da República toda vez que vejo ameaçado o interesse fundamental do povo, que é a continuidade do Real como moeda forte, para que não se minta ao dizer que o salário vale o mesmo no fim do mês e que ele possa comprar mais a cada mês que passa.

Para isso, não terei receio nenhum de enfrentar todo mundo, se for necessário – não será necessário –, todo mundo, repito, porque, quando me vierem com incompreensões, quando me vierem com propostas demagógicas, aumentos impossíveis, eu digo “não”

Tenho tido o apoio dos Governadores, e quero reconhecer que são todos os Governadores. Ontem, estava comigo o Governador Arraes, lá no sertão de Pernambuco, para inaugurar o reservatório de Serrinha, em Serra Talhada, que disse – está registrado – que estava lá porque o Governo está fazendo o que tem que ser feito, e não cumprindo interesses nem promessas eleitoreiras ou fisiológicas. Está cumprindo um programa de realização concreto.

Esse é o desafio do Brasil. Nós estamos mudando o patamar de desenvolvimento do Brasil. Castanhão é parte disso. Essa busca de um novo momento para dar uma condição de vida melhor ao povo brasileiro desdobra-se em muitos níveis. Nós estamos mudando, por exemplo, o significado da indústria automobilística no Brasil. Disse o Governador Tasso que Juscelino marcou, com Orós, um momento da história do Brasil no Nordeste. É verdade. Mas ele marcou, também, um momento com a indústria automobilística. Só que, agora, o desafio é outro. Agora, não nos basta fazer carros para o consumo interno, juntando partes de desenhos que não se sabe onde foram

feitos. Não. Hoje, o Brasil está se capacitando para ser uma das sete ou oito economias do mundo que são capazes de lançar um produto novo, com nova engenharia, com novas técnicas de mercado, com nova capacitação tecnológica, para vender em nível mundial.

É isso que o Governo está fazendo. Virão, até o fim do século, 10 bilhões de reais para a indústria automobilística e outros tantos para a indústria de autopeças. E ficam, aí, chorando que nós estamos destruindo empregos. Nós estamos construindo o emprego do futuro, é isso que estamos fazendo. E quem não entende, porque não vê, porque não quer ver – como disse o Governador – ou por má-fé ou por ignorância, fica naquela repetição mofina, já triste, de que o Governo não está atendendo às transformações do Brasil.

É ao contrário. É ao contrário. Pólos petroquímicos, eu autorizei. Um está começando no Rio Grande do Sul, outro no Rio de Janeiro e, quem sabe, amanhã, em São Paulo. Mais três pólos petroquímicos. A indústria de papel e celulose preparou-se, do mesmo modo que a indústria automobilística, para competir em nível mundial. E são mais 10 bilhões de investimento. Neste ano, em investimento direto, vêm, lá de fora, pelo menos 5 bilhões de dólares, mudando o conteúdo mesmo das nossas reservas, que não vão mais se basear apenas em capital de curto prazo, mas em capital que veio para ficar no Brasil.

Essa mudança de estrutura da economia brasileira é que permite ao povo a esperança do emprego. E, para isso, é preciso, e muito, cuidar de dois temas, de que já estamos cuidando. Um, Governador – eu quero insistir, aqui, no Estado do Ceará –, é a educação, porque a educação é fundamental até para que se possa ter saúde e uma boa alimentação. Peço aos Deputados, e, depois, pedirei aos Senadores, que aprovem, com urgência, a emenda constitucional que lá está, que vai permitir que o professorado primário receba, pelo menos, em média, 300 reais. E, quando o estado e o município não puderem fazer isso, o Governo Federal socorrerá para equalizar.

E vai-se dizer: “Ora, mas são só 300 reais?”. Perguntem aos prefeitos quanto ganha o professor ou pergunte ao professor ou à professora quanto ganha. Vejam se ganha isso nos sertões do Brasil, no

interior do Brasil. Não ganha, porque o prefeito não pode pagar e porque o governador não pode pagar. É claro que, em São Paulo, ou no Rio Grande do Sul, ou no Distrito Federal, a média é mais elevada. Mas o Brasil é um país de 160 milhões de habitantes, que não pode se concentrar nos grandes centros, que já cresceram. Tenho que olhar para os centros que estão crescendo e que precisam de mais apoio e mais impulso. É para o professor e para a escola desses lugares que eu vou encaminhar os recursos. Vamos usar a antena da TV Educativa em 40 mil pontos, para treinar o professor. A merenda escolar, nos municípios do Comunidade Solidária, dobrou.

Neste ano, Governador, eu comemorei que nós dobramos o número de livros escolares distribuídos. De 56, nós passamos para 110 milhões de livros, com uma diferença: de que, no meio de março, nós tínhamos distribuído em 98% dos municípios do Brasil, sendo que o recorde anterior foi de 25%, em março. Então, Governador, quando vierem me falar do social, eu rio da ignorância de quem não vê que o Brasil está mudando e que o Governo está empenhado no social. É que o social não se separa do econômico. E o econômico, para ter grandeza, tem que olhar o futuro e não olhar para trás, porque quem fica olhando para trás não avança, e envelhece, e nem percebe que defende idéias que já morreram. Não. Nós estamos defendendo idéias novas, progressistas, porque interessam ao povo do Brasil. Estamos colocando, no centro da política social, a educação.

Eu vi, ali, uma faixa, bonita, dos agentes de saúde. Eles são fundamentais, e aí, também, na questão da saúde, é o agente de saúde e é o médico da família que nós vamos visitar, hoje, aqui, no Ceará. Por quê? Porque é na base da sociedade que as coisas podem mudar. Ontem, pude ver a ação do Banco do Nordeste. É um cearense que lá está, o Dr. Byron. Ação concreta. Nós distribuímos, agora, para este ano, meio bilhão de reais. Para quê? Para empréstimos às comunidades, para gerar emprego, como eu vi, ontem, lá, com os pescadores, em Touros, no Rio Grande do Norte: pequena comunidade recebe o empréstimo, constrói o barco, tem um frigorífico e vai vender – porque tem uma caminhonete – o peixe lá, em Natal,

por um preço que satisfaz mais do que o preço de miséria que é pago ali, na praia.

São muitos programas, muitos projetos. E o Banco do Nordeste mudou de ótica. Em vez de financiar quem sempre financiava, que não precisava do dinheiro e, muitas vezes, não pagava, passou a financiar quem precisa do dinheiro e paga, porque o povo pobre paga.

Há uma mudança no Brasil. É preciso ver isso. Aqui, no Castanhão, nós estamos simbolizando isso. O Governador me disse que o Castanhão seria uma espécie de coração do sistema hídrico do Ceará. Depois, ele disse que Orós é um outro coração. Eu acho que não é coração, não, Governador; é pulmão, porque são dois: nós temos o Orós e o Castanhão. O Castanhão é o dobro do Orós, ou mais, três vezes o Orós; é duas vezes mais que a Baía de Guanabara.

Ontem, eu dizia que, daqui a pouco, vou acreditar que o sertão virou mar, porque é isso o que está acontecendo. Esta obra tem que ter continuidade, senão o Deputado Paes de Andrade, que já veio aqui uma vez, pode vir muito (*risos*). Mas não virá, não; é a última vez que vem – por esta razão: porque vamos fazer, vamos fazer mesmo; e, ao fazer, não vamos nos esquecer de Jaguaribara.

A cidade é mais importante do que a água que vai cercar isto aqui, porque a cidade é gente, e a água é para que gente tome. A água que estamos providenciando não é só para irrigação. Estamos dobrando, mais que dobrando, a capacidade de irrigação no Estado do Ceará. Mas não é isso só, não: é água de beber. E o projeto do São Francisco tem que mudar de nome, tem que se chamar Água de Beber, porque, em primeiro, é a água que se pode tomar e, depois, é a água para irrigar ou para mover as turbinas da energia.

O filete d'água – porque comparado com o São Francisco é um filete – vai servir para a redenção de uma área do sertão que não tem água. Só quem está lá na cidade, nas capitais, escrevendo sem saber o quê, criticando sem saber por quê, é que pode imaginar que esta obra não tem sentido. E perguntam: “Quantos bilhões o contribuinte vai pagar?”. É muito pouco, não são bilhões, são centenas. É melhor pagar para o povo e a terra do Nordeste terem água, do que

simplesmente eu ser obrigado a socorrer, de repente, o sistema financeiro por uma crise que apareça aqui e ali – não é desculpa minha, mas sei que, se não socorrer de novo quem quebra, não é o banqueiro que já quebrou, é o povo que tem o dinheiro depositado que fica sem poder receber.

Datei, sim, recursos se puder, porque não somos irresponsáveis, e, na medida em que puder, na medida em que a base técnica do projeto mostrar a sua viabilidade, pediria ao Exército que nos ajudasse para ficar mais barata a obra. E esta obra tem como objetivo fundamental a água de beber.

Ela complementa o Castanhão, que complementa o Orós. Com esse sistema aqui, no Ceará, nós podemos até ter novos invernos secos. Eu vi aqui, no Ceará, um inverno seco no meio do sertão, no Canindé, e vi o povo trabalhando naquelas obras – por meio salário. Não se sabia o que eram ferramentas, o que era trabalhador, o que era terra. Era tudo cinzento, tudo triste, tudo opaco. Não vou esquecer nunca, na minha memória visual, aquilo que vi aqui no Ceará, lá no Canindé. Aquilo não é modo de viver; aquilo não pode mais ser aceito por nós com tranqüilidade, sobretudo por nós, do Sul, nós, paulistas, que temos a obrigação de entender essas questões. E agora que a Igreja lançou a Campanha da Fraternidade é o momento de dizer: “Vamos dar água, sim, porque isso é um gesto fraterno, e o povo do Brasil merece esse gesto fraterno.”

Agora, com esse sistema, podemos agüentar cinco invernos daqueles sem água, porque haverá água para o povo. Vai custar algum tempo ainda, mas, no decorrer do meu mandato, vou terminar o Castanhão, e a cidade de Jaguaribara terá uma localização nova para estar lá acomodada com dignidade.

É isso, Senhor Governador, é isso Senhores Deputados, é isso Senhores Ministros, Senhores Prefeitos, um novo Brasil, um Brasil que não tem medo do desafio, que está confiante em si mesmo, um Brasil onde os governantes dizem claramente, sem muitas palavras complicadas, o que tem que ser feito; um Brasil que acredita, sobretudo, no seu povo.

Termino agradecendo a presença de todos, agradecendo a ação dos trabalhadores que estão construindo esta obra, do Dnocs, das secretarias estaduais, a presença dos estudantes e professores e, sobretudo, como homem do Sul, quero aqui dizer que agradeço muito àqueles que já foram qualificados por Euclides da Cunha como, antes de tudo, fortes.

Quero agradecer ao homem e à mulher do sertão que sobreviveram e que, daqui por diante, com o nosso empenho, espero que sobreviverão em melhor condição de vida.

A vocês, portanto, cearenses, o meu muito obrigado.